

## O CAMPO DA AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO: PERSPECTIVAS E DESAFIOS<sup>1</sup>

Aurélio Nestor da Silva André<sup>2</sup>  
Alba Maria Pinho de Carvalho<sup>3</sup>

### RESUMO

O campo das políticas públicas na educação é heterogêneo e complexo, sendo construído pelos mais variados procedimentos que englobam sua idealização, implementação e avaliação. Esta área é caracterizada por disputas tanto no âmbito acadêmico quanto profissional, que refletem diferentes formas de avaliar, bem como distintas perspectivas de conceber o processo de formulação e implementação das políticas públicas pelo Estado, considerando posições e motivações políticas tanto do governo quanto dos avaliadores. O conceito de políticas públicas possui diferentes significados e valores, dependendo do viés ideológico e do posicionamento dos envolvidos (Souza, 2006; Gussi; Oliveira, 2016; Chrispino, 2016). A avaliação em políticas públicas é um campo epistemológico e metodológico em construção e, para compreendê-lo, é necessário analisar os paradigmas avaliativos em constante processo de reconfiguração ao longo do tempo. Esses paradigmas englobam o positivismo, a avaliação de impacto, a avaliação crítica-dialética, o construtivismo, o pós-construtivismo e a avaliação em profundidade. Nesse contexto, o foco deste trabalho reside em discutir as perspectivas e os desafios dos paradigmas de avaliação das políticas públicas na educação. Utilizamos, como referencial teórico, autores-referência no campo de avaliação de políticas públicas, incluindo Faria (2005), Guba e Lincoln (2011), Januzzi (2018), Lejano (2012), Rodrigues (2008; 2016). O percurso metodológico da investigação incide na pesquisa bibliográfica e documental. Os resultados indicam que, embora não exista uma abordagem única para avaliar políticas públicas na educação, a proposta da avaliação em profundidade destaca-se como a mais adequada, pois considera os contextos sociais, políticos, econômicos e culturais na construção dessas políticas.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas, Educação, Ações Afirmativas.

### INTRODUÇÃO

O campo das políticas públicas envolve o desenvolvimento de diretrizes e normas que orientam a tomada de decisões, a elaboração e a implementação de políticas, influenciando diretamente os desdobramentos dos conflitos inerentes às escolhas políticas (Souza, 2006). Nos Estados Unidos, essa área surgiu como uma disciplina acadêmica autônoma, distinta da tradição europeia, que se concentrava na análise do Estado e de suas instituições. Enquanto na Europa as políticas públicas

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES).

<sup>2</sup> Mestre em Avaliação de Políticas Públicas, Universidade Federal do Ceará - UFC, [aurelionestor60@gmail.com](mailto:aurelionestor60@gmail.com)

<sup>3</sup> Professora orientadora: Doutora em Sociologia, Universidade Federal do Ceará - UFC, [albapcarvalho@gmail.com](mailto:albapcarvalho@gmail.com)

evoluíram como uma extensão dos estudos teóricos sobre o papel do Estado e do governo, nos EUA, a ênfase inicial foi colocada na ação governamental, muitas vezes desvinculada de uma base teórica consolidada sobre o papel do Estado (Souza, 2006).

No Brasil, o campo das políticas públicas seguiu uma trajetória semelhante à dos estudos norte-americanos, consolidando-se ao longo do século XX e ganhando expressividade no início do século XXI. Os estudos nacionais sobre políticas públicas, especialmente as educacionais, têm revelado uma crescente preocupação com a compreensão dos contextos, das concepções de Estado e de seus modelos de governança. Além disso, o avanço na legislação educacional tem desempenhado um papel fundamental na reconfiguração do Estado brasileiro, pressionando o governo a formular e implementar políticas públicas que respondam às necessidades emergentes da sociedade.

Diante desse cenário, este estudo discute as perspectivas e os desafios dos paradigmas de avaliação das políticas públicas, com foco na área da educação. O referencial teórico abrange autores como Faria (2005), Guba e Lincoln (2011), Gussi e Oliveira (2015), Januzzi (2018), Lejano (2012) e Rodrigues (2008; 2016), entre outros. O percurso metodológico da investigação incide na pesquisa bibliográfica e documental.

O texto está estruturado em quatro seções: a primeira é esta introdução; a segunda discute os principais paradigmas avaliativos — positivismo, avaliação de impacto, avaliação crítico-dialética, construtivismo, pós-construtivismo e Avaliação em Profundidade (AP) — destacando seus desafios e sua aplicação na educação; a terceira seção examina o campo educacional e a influência da AP na avaliação das políticas educacionais; e a quarta seção apresenta as considerações finais, sintetizando os resultados da pesquisa e suas implicações.

## **OS PRINCIPAIS PARADIGMAS AVALIATIVOS NA EDUCAÇÃO**

Conforme aponta Souza (2006), a definição de políticas públicas é complexa e não há consenso em torno de uma conceituação predominante. O seu campo é caracterizado por sua heterogeneidade e pela diversidade de procedimentos envolvidos em sua idealização, implementação e avaliação. Os paradigmas que permeiam essa área refletem tanto as práticas e métodos utilizados quanto as disputas acadêmicas e profissionais que a moldam, sendo influenciados por vieses ideológicos e motivações políticas de avaliadores e governos (Gussi; Oliveira, 2016; Chrispino, 2016).

O paradigma positivista, por exemplo, que se consolidou no Brasil no século XX, enfatiza a objetividade e a mensurabilidade dos fenômenos, utilizando métodos estatísticos para avaliar a eficiência, eficácia e efetividade das políticas com base em critérios de custo-benefício. Este modelo foi fortemente promovido por instituições financiadoras internacionais, como o Banco Internacional para Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que, no contexto neoliberal, exigiam rigor técnico nas avaliações e promoviam uma perspectiva gerencialista voltada para resultados mensuráveis e alinhados ao mercado, muitas vezes em detrimento das especificidades sociais e dos direitos dos indivíduos (Gussi; Oliveira, 2015; Rodrigues, 2008).

Com a redemocratização do Brasil e a promulgação da Constituição Federal de 1988, que reforçou os direitos sociais, novos paradigmas avaliativos começaram a emergir, desafiando a hegemonia do positivismo. Esse período, descrito como pós/neoburocrático ou novo gerencialismo público, trouxe novas abordagens para a elaboração e implementação de políticas públicas, com o crescente envolvimento de diversos atores, como Organizações Não Governamentais (ONGs) e movimentos sociais (Marques; Faria, 2013; Martins, 2013).

A partir dos anos 1990, o paradigma positivista começou a ser questionado, dando origem ao pós-positivismo, que critica a ideia de que todos os aspectos sociais podem ser medidos de forma direta e objetiva, como se fossem fenômenos naturais. Esse movimento propôs a superação da concepção de que os dados obtidos por meio de métodos quantitativos representariam verdades absolutas. Nesse contexto, destaca-se a avaliação de impacto, que, embora mantenha a ênfase na mensuração, incorpora a consideração dos sujeitos e das transformações sociais, permanecendo, contudo, fortemente vinculada a uma visão gerencialista. Durante esse período, a política educacional implementada no Brasil foi marcada pela articulação e consolidação de forças econômicas, com uma tendência predominante de caráter liberal ou social-liberal (Roche, 2002; Faria, 2005; Deitos, 2010; Jannuzzi, 2018).

Para tentar superar as práticas hegemônicas, houve um esforço para expandir o campo avaliativo, incorporando novas abordagens, como a avaliação crítico-dialética. Esse paradigma considera a avaliação como contínua e participativa, focada na identificação e superação de dificuldades por meio de um diagnóstico que considere as particularidades e os valores dos sujeitos envolvidos. A avaliação crítico-dialética busca

uma compreensão mais ampla e contextualizada da realidade social, promovendo políticas públicas mais equitativas e eficazes (Gussi, Oliveira, 2016; Silva, 2008).

Essas mudanças no cenário político e administrativo brasileiro, embora dinamizadoras, apresentam desafios para a pesquisa em políticas públicas, que precisa se adaptar às rápidas transformações e suas implicações. Apesar do aumento de estudos focados em políticas de governos locais, especialmente no início dos anos 2000, a institucionalização e expansão do campo ainda não foram suficientes para superar todas as lacunas na avaliação das políticas públicas e consolidar uma ciência ou disciplina robusta (Souza, 2006).

Guba e Lincoln (2011) apontam que, ao longo do tempo, a avaliação tornou-se mais sofisticada, buscando superar as limitações das abordagens anteriores que tendiam ao gerencialismo e mostravam-se inadequadas para acomodar o pluralismo de valores presentes nas políticas públicas. Em resposta a essas limitações, surgiu a avaliação de quarta geração, que incorpora princípios metodológicos do paradigma construtivista. Esta abordagem concentra-se nas reivindicações, preocupações e interesses dos diferentes grupos envolvidos, valorizando as múltiplas perspectivas e subjetividades dos participantes do procedimento avaliativo.

Com base nas premissas construtivistas, desenvolvem-se perspectivas pós-construtivistas que enfatizam as dimensões política, epistemológica e metodológica da avaliação. Entre elas, destaca-se o modelo experiencial, que defende que a análise de políticas públicas deve ser fiel às experiências dos atores envolvidos, respeitando suas subjetividades e o contexto em que estão inseridos (Lejano, 2012). Essa perspectiva sugere que o avaliador deve ser um participante ativo do processo, imergindo no contexto avaliado em vez de se limitar a uma observação externa. Tal abordagem reconhece a complexidade e a multidimensionalidade das experiências políticas, argumentando que a avaliação deve captar os significados e representações que emergem dessas experiências, sem buscar resultados exatos e unívocos (Lejano, 2012).

Fundamentada no modelo experiencial, surge a AP, que adota um referencial hermenêutico-interpretativista com influências etnográficas. Embora situada no campo das pesquisas qualitativas, a AP também permite a incorporação de dados quantitativos. Diferentemente dos métodos tradicionais, que se concentram na mensuração objetiva e muitas vezes limitam a compreensão abrangente das políticas públicas, a AP foca no contexto social, econômico, político e cultural, além da análise institucional das relações

de poder, interesses e valores que influenciam a formulação e implementação das políticas (Rodrigues, 2016).

A AP busca compreender a trajetória completa da política, abrangendo todas as fases do ciclo de políticas públicas, a partir da experiência dos diversos atores envolvidos e com base em quatro eixos: análise de conteúdo, análise do contexto de formulação da política, trajetória institucional e espectro temporal e territorial. Esses eixos visam superar a lógica positivista, centrada em resultados quantitativos, ao mesmo tempo em que avançam em relação ao modelo experiencial, ao incluir a análise do momento de formulação da política (Rodrigues, 2008; Torres Júnior et al., 2020).

No contexto brasileiro, caracterizado por sua complexidade sociopolítica e desafios de transparência, é essencial que a avaliação de políticas públicas considere não apenas os resultados, mas também os significados dessas políticas na qualidade de vida das pessoas. A AP, ao integrar aspectos subjetivos e contextuais, surge como a abordagem mais abrangente para a avaliação, proporcionando uma visão crítica e contextualizada (Gussi; Oliveira, 2016; Rodrigues, 2008, 2011).

## **O CAMPO EDUCACIONAL E A INFLUÊNCIA DA AP NA AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS**

De acordo com Deitos (2010), a ampliação e a universalização do sistema educacional constituem aspectos fundamentais da política social. Esse sistema se desenvolve em meio às contradições relacionadas à distribuição da riqueza produzida socialmente em uma sociedade de classes. Nesse cenário, a educação, especialmente no que se refere à execução das políticas educacionais, é moldada pelas forças sociais em disputa, refletindo as dinâmicas de poder e os conflitos envolvendo a apropriação dos recursos (Deitos, 2010).

A avaliação, nesse caso, deve desempenhar um papel crucial como instrumento de monitoramento na elaboração, execução e nos resultados das políticas educacionais nos âmbitos federal, estadual e municipal. Ela precisa fornecer informações essenciais para orientar ou reorientar as ações governamentais, por meio da avaliação diagnóstica e do acompanhamento do processo de execução via avaliação formativa, além de confrontar os resultados alcançados com as metas propostas, conforme previsto na avaliação somativa ou de efetividade dos programas e projetos (Nanni; Santos Filho, 2016).

Considerando que as políticas são intrinsecamente dinâmicas, as intenções que as orientaram no passado podem não corresponder às atuais. Portanto, é essencial reconhecer que as ações implementadas estão sujeitas a mudanças de valores ao longo de um mesmo governo, o que caracteriza processos complexos que demandam mais do que modelos ou estatutos teóricos para explicar escolhas que, em muitos casos, já não se mantêm vigentes. A construção do conhecimento não pode ser dissociada dos fatos históricos, políticos e sociais que a moldam (Martins, 2013).

Como mencionado anteriormente, durante muitos anos, a educação não foi tratada como uma prioridade no Brasil, sendo orientada por instituições financiadoras internacionais que visavam a eficiência, eficácia e efetividade em nome do custo-benefício. Foi apenas no século XX que o país começou a demonstrar uma preocupação mais significativa com essa área, implementando, de forma efetiva, as primeiras políticas públicas educacionais. No entanto, essas políticas foram, em grande parte, elaboradas para atender a necessidades gerais, frequentemente desconsiderando as particularidades dos usuários (Nanni; Santos Filho, 2016).

É importante salientar que as políticas públicas educacionais abrangem tanto as ações quanto as omissões do Estado, que determinam as prioridades de intervenção no ambiente da educação formal, com o objetivo de aprimorar o processo de ensino-aprendizagem. Ao assumir a responsabilidade de organizar e exercer a vontade coletiva por meio de um governo eleito e suas instituições, o Estado deve avaliar as políticas educacionais considerando as subjetividades inerentes a esses mecanismos. Para tanto, é essencial superar os modelos positivistas tradicionais, que tendem a objetificar os sujeitos e focar exclusivamente nos resultados. A qualidade de vida das pessoas diretamente ou indiretamente afetadas por essas políticas está intrinsecamente ligada à maneira como são elaboradas, implementadas e executadas.

Nesse contexto, a AP surge como uma abordagem abrangente e crítica, capaz de proporcionar uma compreensão mais profunda e contextualizada das políticas educacionais. Entre os modelos de avaliação apresentados, a AP se destaca como a mais completa para o desenvolvimento de pesquisas em avaliação de políticas públicas educacionais, pois considera o pesquisador como ator social, interagindo e sendo influenciado pelo meio em que está inserido. Ao tratar dessa questão em um país com a dimensão e complexidade do Brasil, torna-se essencial compreender não apenas o significado dessas políticas, mas também sua relevância no contexto social, especialmente considerando a trajetória ainda lenta rumo à transparência pública ideal.

Deitos (2010) argumenta que, até o final do século passado, as discussões sobre a educação básica eram predominantemente orientadas por decisões econômicas, muitas vezes influenciadas pelo Banco Mundial. Nesse sentido, os níveis de ensino eram abordados de maneira fragmentada nas políticas públicas, com prioridades que variavam em uma escala decrescente. Por exemplo, a educação infantil recebia mais atenção do que o ensino médio. As necessidades educacionais eram determinadas pelo sistema, sem considerar as especificidades do conjunto educacional ou científico nacionais. Em outras palavras, havia políticas que priorizavam determinados segmentos (Deitos, 2010).

[...] no campo da crise social (prioridades: educação básica e alívio da pobreza), as reformas implementadas aprofundaram mecanismos de focalização das políticas sociais aos grupos sociais (individualizados) considerados como vulneráveis. Esse processo de focalização de políticas sociais dirigidas pelo Estado brasileiro esteve e continua ancorado em programas e em ações nacionais e cada vez menos em política sociais mais amplas (Deitos, 2010, p. 215).

O autor menciona que essas reformas no Brasil direcionavam as políticas a grupos sociais específicos, considerados vulneráveis, e se tornaram cada vez mais individualizadas, distanciando-se de abordagens mais amplas e universais. Esse cenário reflete uma tendência crescente de segmentação das políticas públicas, onde o Estado brasileiro prioriza intervenções direcionadas, muitas vezes em detrimento de soluções mais abrangentes que poderiam abordar as causas estruturais das desigualdades.

Nesse contexto, ao avaliar as políticas públicas educacionais a AP assume um papel crucial na superação de avaliações fragmentadas. Essa abordagem não apenas avalia os resultados imediatos, mas também investiga os impactos a longo prazo e as consequências não intencionais das políticas sobre a coesão social e a equidade. Ao adotar a AP, pesquisadores e formuladores de políticas podem obter *insights* valiosos sobre como essas políticas estão moldando as trajetórias sociais e educacionais, oferecendo, assim, uma base mais sólida para a reformulação e aprimoramento das políticas públicas no Brasil.

Para ilustrar a relevância da AP, apresentamos, a seguir, de forma sintetizada, a utilização de seus quatro eixos analíticos na pesquisa de dissertação intitulada “avaliação da política de cotas raciais na UECE: a ótica de membros de comissões de heteroidentificação e de estudantes cotistas autodeclarados negros”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação de Avaliação de Políticas Públicas (PPGAPP/UFC).

### QUADRO 1 – MODELO DE AP DA POLÍTICA DE COTAS NA UECE

Eixos analíticos	Detalhamento
Análise de conteúdo	Analisamos os aspectos da política de cotas raciais, com foco em sua formulação, dinâmica de implementação, bases conceituais e coerência interna. Essa análise proporcionou uma compreensão mais aprofundada da Lei Estadual nº 16.197/2017, especialmente no que diz respeito ao acompanhamento, monitoramento e avaliação no período de 2018 a 2023 <sup>4</sup> .
Análise de contexto	Delineamos, a partir do levantamento bibliográfico e documental, a conjuntura em que a política de cotas foi instituída no Brasil, identificando os fatores que influenciaram a adoção da política de cotas raciais no país e suas especificidades na UECE.
Trajetória institucional	Investigamos os principais debates e repercussões da política de cotas na UECE, incluindo observações de campo e entrevistas com membros de Comissões de Heteroidentificação (CHET/UECE) e com cotistas raciais autodeclarados negros da universidade. Essa investigação visou compreender a dinâmica, o grau de coerência/dispersão da política em relação à instituição e a interação entre os agentes institucionais e usuários da política.
Espectro temporal e territorial	Avaliamos as propostas e os objetivos gerais da política de cotas raciais na UECE, especificamente no campus do Itaperi, em Fortaleza. A avaliação foi realizada a partir da ótica de membros de CHET/UECE e de estudantes cotistas raciais no que se refere ao ingresso e permanência na universidade por meio dessa ação afirmativa.

Fonte: Adaptado de Rodrigues (2016).

Os resultados da pesquisa revelaram, tanto nas fontes primárias e secundárias quanto nas falas dos participantes, elementos fundamentais para compreender a elaboração, implementação e os desafios associados à política de cotas raciais na UECE. As investigações de campo permitiram uma análise aprofundada das vivências dos

<sup>4</sup> Este período refere-se à obrigatoriedade da política de cotas na UECE, à implementação das Comissões de Heteroidentificação na instituição e à pesquisa de campo realizada.

membros de CHET/UECE e de estudantes cotistas raciais autodeclarados negros, oferecendo uma visão abrangente sobre a política de cotas até o ano de 2023. Além disso, esses resultados suscitaram reflexões sobre os desafios futuros da política, especialmente à luz da Lei Estadual nº 16.197/2017, que estipula um prazo de vigência de dez anos para essa ação afirmativa.

Ao adotarmos os quatro eixos da AP, foi possível captar as especificidades da política avaliada, superando a limitação dos dados quantitativos frequentemente utilizados em avaliações que carregam pressupostos positivistas. Em particular, nos eixos "trajetória institucional" e "espectro temporal e territorial", foram obtidas informações essenciais para identificar aspectos que requerem atenção, visando à melhoria na implementação dessa política. A consideração das particularidades dos sujeitos envolvidos permitiu relacionar as falas com a realidade institucional, especialmente no que diz respeito ao cumprimento da Lei Estadual. Em outras palavras, ao avaliar a política sob os eixos da AP, emergiram resultados que muitas vezes permanecem ocultos em abordagens restritas a números ou que desconsideram a participação de determinados grupos na política.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No campo das ciências humanas e sociais, a tarefa de compartilhar conceitos, noções e pensamentos é mais complexa do que nas ciências físicas e biológicas. A disseminação de resultados, por exemplo, pode enfrentar desafios consideráveis, uma vez que envolve conteúdos e sínteses analíticas de um único problema ou objeto de estudo, frequentemente com a colaboração de vários pesquisadores (Martins, 2013).

A adoção de uma abordagem contínua e integrada na avaliação de políticas públicas possibilita uma compreensão mais profunda dos contextos e dinâmicas envolvidos, promovendo ajustes oportunos e melhorias na execução das políticas. Nesse sentido, a avaliação contribui significativamente para a equidade das intervenções, assegurando que os objetivos sociais e educacionais sejam alcançados de forma mais eficaz.

Este estudo evidenciou a complexidade e a relevância do campo das políticas públicas, especialmente no contexto educacional brasileiro. Ao analisarmos os paradigmas avaliativos, observamos que, embora o Brasil tenha seguido padrões semelhantes aos dos Estados Unidos, há uma singularidade na maneira como o país

integra aspectos teóricos e práticos na formulação e implementação dessas políticas. A evolução histórica do campo, desde o positivismo até o pós-positivismo, e o surgimento de abordagens como a avaliação crítico-dialética e a AP, ilustram o amadurecimento do campo e a evolução das práticas avaliativas.

A AP, em particular, destacou-se por sua capacidade de incorporar aspectos subjetivos e contextuais, oferecendo uma análise crítica e contextualizada das políticas educacionais, desafiando as limitações das abordagens de pressupostos positivistas. Essa perspectiva avaliativa permite que a avaliação das políticas educacionais no Brasil vá além de uma análise fragmentada e quantitativa, incorporando as dinâmicas sociais e as especificidades dos usuários, frequentemente negligenciadas devido a influências externas e prioridades econômicas.

A aplicação da AP, com seus quatro eixos analíticos, foi fundamental para uma compreensão mais profunda dos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas, exemplificada no caso da política de cotas raciais na UECE. Nesse sentido, a AP oferece uma base sólida para a reformulação e o aprimoramento das políticas públicas educacionais, garantindo maior inclusão e adaptação às realidades complexas e dinâmicas da sociedade brasileira.

Além disso, a adoção de uma abordagem contínua e integrada na avaliação dessas políticas, realizada de forma formativa em todas as fases de desenvolvimento, permite ajustes oportunos e melhorias na execução. Tal prática contribui para a equidade das intervenções, assegurando que os objetivos sociais e educacionais sejam alcançados de maneira mais eficaz e que as políticas públicas sejam continuamente aperfeiçoadas.

Por fim, este estudo amplia a compreensão sobre os desafios e as potencialidades da avaliação de políticas públicas na educação, sugerindo caminhos para uma aplicação mais eficaz no desenvolvimento de políticas que respondam às necessidades emergentes da sociedade brasileira.

## REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Aurélio Nestor da Silva. **Avaliação da política de cotas raciais na UECE: a ótica de membros de comissões de heteroidentificação e de estudantes cotistas autodeclarados negros.** 2024. 205 f. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/77935>. Acesso em: 02 set. 2024.

CHRISPINO, Alvaro. **Introdução ao estudo das políticas públicas:** uma visão interdisciplinar e contextualizada. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

DEITOS, Roberto Antonio. Políticas públicas e educação: aspectos teórico-ideológicos e socioeconômicos. *Acta Scientiarum. Education*, Maringá, v. 32, n. 2, p. 209-218, 2010. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2178-52012010000200007&script=sci\\_abstract](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2178-52012010000200007&script=sci_abstract). Acesso em: 06 ago. 2024.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. A Política da Avaliação de Políticas Públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 98-169, 2005.

GUBA, Egon G.; LINCOLN, Yvonna Sessions. **Avaliação de quarta geração.** São Paulo: Editora Unicamp, 2011.

GUSSI, Alcides Fernando; OLIVEIRA, Breyner Ricardo de. Discutindo paradigmas contra-hegemônicos de avaliação de políticas públicas. In: I ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA DO CAMPO DE PÚBLICAS, 1., 2015, Brasília. **Anais [...]** Brasília: Associação Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas, 2015. p. 1-25. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/32504>. Acesso em: 01 nov. 2022.

GUSSI, Alcides Fernando; OLIVEIRA, Breyner Ricardo de. Políticas públicas e outras perspectivas de avaliação: uma abordagem antropológica. **Desenvolvimento em Debate**, UFRJ, v. 4, n. 1, p. 83-101, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dd/article/view/31897>. Acesso em: 03 nov. 2022.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Mitos do Desenho Quase-experimental na Avaliação de Programas. **NAU Social**, [S. l.], v. 9, n. 16, p. 76-90, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/31419>. Acesso em: 23 fev. 2023.

LEJANO, Raul P. **Parâmetros para análise de políticas públicas:** a fusão de texto e contexto. Campinas, SP: Arte Escrita, 2012.

MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta (orgs). **A política pública como campo multidisciplinar.** São Paulo: Editora Unesp; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

MARTINS, Angela Maria. O campo das políticas públicas de educação: uma revisão da literatura. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 24, n. 56, p. 276-299, set./dez. 2013. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0103-68312013000300012&script=sci\\_abstract](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0103-68312013000300012&script=sci_abstract). Acesso em: 20 ago. 2024.

NANNI, Giovanni; SANTOS FILHO, José Camilo dos. Importância da avaliação das políticas públicas educacionais. **Instrumento: Rev. Est. e Pesq. em Educação**, Juiz de Fora, v. 18, n. 1, p. 125-138, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/revistainstrumento/article/view/18966>. Acesso em: 20 ago. 2024.

ROCHE, Chris. **Avaliação de impacto dos Trabalhos de ONGs: Aprendendo a valorizar mudanças.** São Paulo: Cortez, 2002.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Análises de conteúdo e trajetórias institucionais na avaliação de políticas públicas sociais: perspectivas, limites e desafios. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais (CAOS)**, João Pessoa, n. 16, p. 55-73, mar./2011. Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/21343/1/2011\\_art\\_lcrodriques.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/21343/1/2011_art_lcrodriques.pdf). Acesso em: 03 nov. 2022.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Método experiencial e avaliação em profundidade: novas perspectivas em políticas públicas. **Desenvolvimento em Debate**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 103-115, 2016. Disponível em: [https://inctpped.ie.ufrj.br/desenvolvimentoemdebate/pdf/dd\\_v\\_4\\_1\\_Lea-Carvalho.pdf](https://inctpped.ie.ufrj.br/desenvolvimentoemdebate/pdf/dd_v_4_1_Lea-Carvalho.pdf). Acesso em: 03 nov. 2022.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. **Revista de Avaliação de Políticas Públicas (AVAL)**, UFC, v. 1, n. 1, p. 7-15, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://www.avalrevista.ufc.br/index.php/revistaaval/article/view/3>. Acesso em: 03 nov. 2022.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Avaliação de políticas e programas sociais: uma reflexão sobre o conteúdo teórico e metodológico da pesquisa avaliativa. SILVA, Maria Ozanira (Org). **Pesquisa avaliativa: aspectos teórico-metodológicos.** São Paulo: Veras Editora: São Luís: GAEPP, 2008.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/?for#>. Acesso em: 22 ago. 2024.

TORRES JÚNIOR, Paulo. *et al.* Avaliar em Profundidade. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais (RPPI)**, UFPB, v. 5, n.5, p. 147-170, ago./2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rppi/article/view/53154>. Acesso em: 03 nov. 2022.